

**“O que pensamos quando pensamos em prevenção ao genocídio e graves violações aos direitos humanos: do global ao local”**

**PALESTRA**

Primeiramente, gostaria de saudar meu colega e procurador do MPF, Dr. Aurélio. À frente da Procuradoria dos Direitos do Cidadão, o Aurélio, com tantos outros parceiros e parceiras do MPF, como o dr. Marlon Weichter, a dra. Eugênia Gonzaga, entre outros colegas, vêm fazendo um trabalho maravilhoso que está completamente alinhado aos ideais mais contemporâneos de democracia e de promoção dos direitos humanos dos cidadãos e das cidadãs. Saúdo seu ativismo, sua energia para continuar fazendo as boas disputas, seu vigor incansável na luta contra injustiças e sua disposição para nossas parcerias. É um enorme prazer dividir essa mesa e esse espaço com o Dr. Aurélio.

O tema do nosso encontro “prevenção a graves violações aos direitos humanos - do global ao local” é um tema muito instigante, especialmente para alguém que,

como eu, acaba de vir de uma experiência de quase 3 anos de governo local, na cidade de São Paulo. Debater as violações de direitos sob essas perspectivas pode ser de fato importante para nós que lidamos em alguma instância com o tema dos Direitos Humanos. Entender sua complexidade, seja em âmbito global, mas principalmente em âmbito local, pode tornar a nossa ação, nosso comportamento, nossas reflexões, mais atuais, concretas e conectadas com o mundo em que vivemos.

Quando se fala de Direitos Humanos é comum pensarmos em uma carta de princípios, instaurada pela ONU há quase 70 anos e que serviria para algum fim maior, em alguma dimensão da qual não tomamos conhecimento na vida cotidiana.

Ainda assim, é importante ressaltar que essas normativas internacionais que se desenvolveram em tantos outros níveis, tem sim impacto direto na nossa vida porque nos criam obrigações legais enquanto estado, nos imputam alterações de conduta, nos servem de referência para ajustar leis e normativas internas, dão diretrizes para nossas políticas públicas, entre outras funções de cunho político.

Além disso, existe uma dimensão cultural da própria cidadania que precisamos entender para que possamos trabalhar melhor com os direitos humanos como algo cotidiano. Entendo que muito recentemente começamos, enquanto estado brasileiro, a transformar uma cultura de violações, impregnada em nossa história, que naturalizou a discriminação e a violência, em favor de uma cultura de direitos. Começamos a substituir a naturalização da violência pela percepção da necessidade de garantia dos direitos humanos. Mas ainda temos um caminho imenso a percorrer.

Evidente que não mudaremos uma cultura histórica de pelo menos 500 anos de violência de uma hora para outra. Inauguramos nossa presença nesse continente com o extermínio das populações indígenas que viviam aqui e continuam morrendo até hoje. Tivemos mais de três séculos de escravidão que nunca foram elaborados adequadamente na nossa sociedade. Não se admitiram os efeitos nefastos do que se fez com os negros e as negras nesse país, não avançamos o suficiente no debate sobre as dívidas históricas e as reparações a essas populações violadas... e isso tem efeitos diretos na cultura de violência de hoje.

Em pleno século 21 continuamos falando em internação e isolamento compulsórios como aconteceu, por exemplo, com os hansenianos na década de 20, 30 e 40. Infelizmente não aprendemos tudo com os erros do passado. A prática de reprimir com violência as revoltas populares que ocorreram na história do Brasil se replica nos dias de hoje.

Em junho de 2013, por exemplo, tivemos mais uma demonstração de abuso do poder estatal por meio do exagero policial por todo o país. O que está ocorrendo nas escolas estaduais paulistas, onde jovens se uniram para ocupar mais de 100 escolas e lutarem em favor da educação, também é exemplo disso. Há vídeos, gravações e depoimentos que circulam na internet com relatos de brutalidade policial com crianças e adolescentes. Quanto mais à periferia se vai, mais violenta é a ação da polícia. E isso não é exclusividade da cidade de São Paulo, mas infelizmente ainda é uma característica das metrópoles brasileiras, de Norte a Sul.

É evidente que a questão da violência policial não é de hoje e não é pontual. Essa nossa cultura de violência histórica, foi certamente consolidada pelo período da

ditadura militar recente que vivemos no País. O golpe de 64 foi mais um abre alas para a naturalização da violência de estado e nós, quase duas décadas depois da redemocratização, ainda não enfrentamos adequadamente o processo de curar as feridas.

É bem verdade que o estado brasileiro concedeu reparação financeira aos familiares de mortos e desaparecidos e instalou uma Comissão Nacional da Verdade que resultou na reverberação de outras centenas de comissões da verdade Brasil à fora. Entidades, universidades, municípios, estados, associações, sindicatos. São inúmeros os processos históricos, investigativos e educativos que tomaram conta do país todo nos últimos anos.

De nossa parte, posso também citar a retomada das investigações das ossadas clandestinas na vala de Perus, em São Paulo, a prioridade às buscas no Araguaia, e a recente coleta de material genético de familiares de desaparecidos políticos em diversos cantos do país para que possamos identificar com maior precisão de quem são os corpos que estamos buscando. Mas não para por aí, há ainda uma dimensão onde não conseguimos avançar nas políticas de

Memória e Verdade que é a dimensão da justiça, coisa que vizinhos do continente como a Argentina, por exemplo, já conseguiram.

Outro exemplo de política que vem para complementar o processo de desnaturalização da violência é a instituição do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, com a criação de um Mecanismo Nacional de Combate à Tortura, composto de 11 peritos, escolhidos por meio de processos seletivos rigorosos, e que tem como função propor e acompanhar ações para a erradicação da tortura no Brasil, podendo visitar, inspecionar e monitorar a situação de instituições de privação de liberdade como delegacias, penitenciárias, locais de permanência para idosos, hospitais psiquiátricos. Com o Mecanismo, que está vinculado à SDH por força de lei, podemos ter importantes instrumentos para avançarmos nessa seara.

Há um elemento muito marcante do que estou chamando de “luta pelos direitos humanos” que, em termos positivos, é a forma como faremos a promoção dos direitos humanos enquanto política e enquanto política pública para

enfrentar um cenário de violações constantes. E esse elemento é a participação social.

A democracia é um processo político e social em que a participação dos cidadãos é essencial para definir a prática democrática. Não é por acaso que incluímos no 3º Programa Nacional de Direitos Humanos do Governo Federal, o PNDH3 - do qual, aliás, tenho muito orgulho de ter participado da elaboração - o eixo “interação democrática entre o Estado e a sociedade civil”.

Temos a tarefa conjunta que nos une, poder público, acadêmicos, judiciário, ativistas, estudantes, que é enfrentar o imaginário social de violência no país, e tornar possível a disputa simbólica em torno dos valores que pretendem fortalecer os princípios de respeito, democracia e efetividade dos direitos de todas e todos e de cada um.

A intolerância, o racismo, o individualismo, a indiferença, a xenofobia, o machismo, a intolerância, a naturalização das desigualdades, o desrespeito, vem todos de uma mesma fonte que é a cultura de violência gestada no âmago do nosso processo histórico, tema que abordei no começo da minha fala.

Que instrumentos temos nós então para superar esse cenário? Como prevenir violações? Mas, mais importante, como construir uma cultura de direitos e de paz a partir das nossas experiências?

Tenho a convicção que atividades como essa que estamos participando e a oportunidade que este Seminário coloca a partir da interação de tantos atores e atrizes diferentes aumentará os estímulos para que cada um de vocês saia daqui se entendendo sujeito empoderado dos valores democráticos e de direitos humanos. Não gosto da palavra “multiplicadores”, mas gostaria que vocês saíssem daqui se sentindo “Sensibilizadores”. Nós precisamos sensibilizar as pessoas com os direitos humanos.

É só dialogando exaustivamente que conseguiremos sugerir reflexões novas em substituições a ideários antigos. Não dá para responder violência com violência. Não dá para responder ignorância com mais ignorância.

Se observarmos as condições nas quais os presos vivem hoje em penitenciárias Brasil a fora, trancados em celas por 22h por dia, sofrendo tortura e violência no ambiente. Essas são condições sub-humanas de existência. Os direitos



humanos são os direitos de todas e todos, independente da condição em que estejam. Eles são a capacidade de olharmos para o outro e nos colocarmos no lugar dele.

Eles são a forma com que olhamos para as pessoas e nos colocamos no lugar dela. Eles são a defesa dos direitos dos mais vulneráveis, mas também são a promoção da diversidade. Tenho a convicção de que, apesar da grande importância das políticas de defesa dos direitos humanos que são mais do que fundamentais em um país ainda marcado por violações, são as políticas de promoção dos direitos humanos que nos dão o apoio principal para transformar comportamentos e fazer a necessária disputa de valores na sociedade.

São as políticas educacionais com direitos humanos, as políticas LGBT, as políticas de memória e verdade que promovem resgate de memória e justiça histórica, uma visão humanizada sobre o usuário de drogas, a visão da população de rua como sujeito de direitos, a acolhida digna a migrantes e refugiados, e a integração desses sujeitos todos aos processos de elaboração das políticas públicas que nos permitirão transformar comportamentos, visões, e ações.

Nós precisamos tocar as pessoas, mas precisamos também fazer com que mentes e corações se movam em prol dos direitos humanos. Reconhecer que as práticas de direitos humanos, em âmbito local, regional, nacional ou global também devem ser feitas com experiências de sucesso em temas positivos também.

Queremos o Brasil de exemplo para as nações do mundo. Que elas se espelhem em um modelo de estado transparente e democrático, que enfrenta suas contradições, mas que não deixa para trás o ideal de construir uma sociedade mais justa e igualitária porque terá os direitos humanos no coração do Estado e de todas as políticas públicas.

Tenho a convicção de que para isso precisamos fazer a comemoração diária dos direitos humanos. Celebrar a diversidade, congregando as diferenças, nos entendermos iguais em todos os sentidos. Fazer shows, festivais, música, dança, alegria. Direitos Humanos são também alegria, e eles podem ser a forma mais bonita e singela da tradução dos ideais de uma sociedade democrática – a imagem do que queremos ser para quem olha para o Brasil.

Que os desafios da conjuntura política sirvam como prova de que é cada dia mais necessário seguir valorizando a diversidade e garantindo a cidadania ampla a todas e todos, independentemente de cor, gênero, status migratório, condição socioeconômica, escolaridade ou origem territorial.

Bons trabalhos e boas reflexões!

Abrços!